

## Género e identidade na poesia angolana do século XX

Bernardo Miguel Francisco\*

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0004-2710-6734>

### RESUMO

Para o presente artigo, propomo-nos discutir a poesia de insurreição ao sistema colonial do terceiro quartel do século XX. Geralmente, esta poesia contém uma narrativa cujo epicentro é a discussão sobre a usurpação do espaço, o domínio do homem negro pelo branco, a miséria, a aculturação, etc. Na presente pesquisa, buscar-se-á, a partir de um poema angolano de cunho reivindicativo, analisar qual o lugar da mulher na construção da identidade espacial. A pesquisa terá como objetivo compreender como, no discurso poético angolano de sublevação contra o sistema colonial do século XX, a temática do género se constrói, destacando a participação da mulher na construção da identidade angolana. Assim, adoptar-se-á a análise do discurso como método para interpretação dos dados, ou seja, do poema, uma vez que este método considera a ideia como síntese dos processos de assujeitamento das atividades discursivas. Sendo que o objeto da presente pesquisa é o texto poético produzido num determinado contexto espaço-temporal – Angola colonial – a recolha bibliográfica que faça referência a conjuntura histórico-social da época de produção dos textos se mostrará fundamental. Desta feita, a pesquisa trará abordagens de diferentes áreas de conhecimento como a sociologia, a história, a psicologia, entre outras, de forma a demonstrar o contexto em que o discurso do sujeito poético mulher emerge. Para além da bibliografia indicada, a pesquisa trará um embasamento teórico sustentado em discussões conceptuais sobre identidade e espaço conciliando investigações mais recentes com as mais clássicas.

### PALAVRAS-CHAVE

Mulher; Identidade Espacial; Discurso Poético

### Gender and identity in 20th century Angolan poetry

### ABSTRACT

In this article we propose to discuss the poetry of insurrection against the colonial system in the third quarter of the 20th century. Generally, this poetry contains a narrative whose epicentre is the discussion of the usurpation of space, the domination of blacks by whites, misery, acculturation, etc. The aim of this research is to analyse the place of women in the construction of spatial identity, based on an Angolan poem of a vengeful nature. The focus of the research will be, among other things, to understand how, in the Angolan poetic discourse of revolt against the colonial system of the 20th century, the theme of gender is constructed, emphasising the participation of women in the construction of Angolan identity. Discourse analysis will therefore be adopted as the method for interpreting the data, i.e. the poem, since this method considers the idea as a synthesis of the processes of subjection in discursive activities. Since the object of this research is the poetic text produced in a specific spatial and temporal context - colonial Angola - it will be essential to collect bibliography on the historical and social context of the time in which the texts were produced. For this reason, the research will bring together approaches from different areas of knowledge, such as sociology, history, psychology, among others, in order to demonstrate the context in which the discourse of the poetic subject arises.

### KEYWORDS

Women; Spatial Identity; Poetic Discourse

---

\* Colaborador do Centro de Investigação Augusto Kambwa – Instituto Superior de Educação de Luanda, mestre em literaturas em língua portuguesa e professor do II ciclo do Ministério da Educação. E-mail: <[fbernardomiguel@gmail.com](mailto:fbernardomiguel@gmail.com)>

## **NKEVESO**

E kyaki sono, kyotovovela e nkunga mya mazu muna ntandu kya mputuki um tandu kya ntantu mu XX. E myomo nkunga mina o lusamunu muna gya ntoto, muna gway a mindele a bunduna o ndombe, a sukani, mbindakani a kadilu, etc. O lwalu o lufimpu, to zolele bakisa yo nfimpa, aweyi mpavelu nkunga'ngola muna mwanisu a mputuki muna tandu XX, a nkindu a moko muna mambu mankentu tunga. olwalu lufimpu to zolele zaya, muna nkunga'ngola salu kya nkento muna tunga nfwanani Angola. To solele nfimpu a nvovo nzila to kwendela to bakisa muna solela. Nfoko a dyambu a nkunga'ngola muna ntangu a mputuki, a kutika mabuku masonama mavova e ntango e ayena. Muna dyadi, o lufimpu lwalu lutwala nsonekenu a mpila mu mpilu muna zay socialogia, historia, psicologia ye nza ka ka, kinumana, twa nsonga a kwei kavaykila e nvovo mya nketo muna nkunga'ngola.

## **NVOVO A MFUNU**

Nkento; Fulu; Nvovo a nkunga.

## **Considerações iniciais**

A poesia de Angola, como emblema de insurreição contra o sistema colonial português, desponta com propósito único de se afirmar como ferramenta de combate. O presente artigo pretende demonstrar o lugar da mulher na construção da identidade do espaço a partir da tessitura poética da época de insurgência contra o sistema colonial português.

A partida, não se trata de discutir poemas feitos por poetas mulheres, como usual e ultimamente se tem feito, porém busca-se num poema os discursos de sujeitos líricos que se caracterizam como sendo mulheres e, desta feita, analisarmos tais discursos com o fito de vermos manifestos os anseios, as aflições, os medos a que se viam envolvidas as mulheres no contexto social da Angola colonial do século XX.

Ademais, o artigo substancia-se ainda em perscrutar o papel da mulher, enquanto vítima do sistema vil colonial português, numa altura em que os discursos se levantavam contra a transformação do homem em simples objeto. Se por um lado, o sujeito branco relega o sujeito negro a um estado de selvajaria, erradicando-o de sua própria terra e de sua própria cultura. Por outro lado, o sujeito negro cria estratégias de intervenção para alterar o estado de coisas. E neste contexto de coabitação conflituosa, compreender o papel da mulher e como este se permeia na poesia de insurreição contra o sistema colonial português em Angola do século XX.

## **1. Envolvência contextual e metodológica**

A poesia de subversão ao sistema colonial português do século XX faz parte de um dos aspectos da luta levado a cabo por jovens intelectuais nativos. De acordo com Melo

(1978, p. 101), entre os anos de 1940 e 1961 assinala-se o que chamou de aspectos da luta política. Jovens em associações em diferentes locais – Alexandre Daskalos, Viriato da Cruz, Mário Andrade, José Graça, António Cardoso, Mário António, Agostinho Neto, entre outros – insurgiram-se às condições impostas pelo sistema opressor português.

A poesia toma uma configuração própria cujas narrativas se substanciam em apresentar discursos onde se expõem os relatos das opressões vividas no contexto colonial. São alvos de tratamento artístico, relatos sobre a indigência humana, as repressões à mobilidade, a miséria, o contrato, a nulidade do homem negro, e outros condicionamentos a que foram vítimas as populações de Angola pelo sistema colonial português.

Conquanto, é neste cenário em que, de acordo com Mbembe (2019, p. 5), “ser soberano é exercer o controlo sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder,” num quadro colonial com políticas propícias à criação de trabalho da morte ou para a morte, onde se pretende entrever o discurso do sujeito poético mulher na construção da identidade espacial, articulando a análise linguística do texto poético sem deixar de parte as explanações de carácter social que envolvem a criação do próprio texto – análise discursiva.

A estratégia adoptada para a interpretação dos poemas que buscamos é a análise discursiva, em sentido amplo, refere-se a possibilidade de fazer coabitar um conjunto de abordagens interdisciplinares para o estudo crítico da linguagem como prática social (Ramalho e Resende, 2011, p. 12). Para Ramalho e Resende (2011, p. 15), “as práticas sociais constituem maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo. Entidades intermediadoras entre o potencial abstrato presente nas estruturas e a realização desse potencial em eventos concretos.”

Assim, ao tomarmos os conceitos acima, partimos do pressuposto que acedemos a ideia de que os poemas produzidos no contexto de insurreição ao sistema colonial português contêm manifestações da linguagem envolvendo ação, interação, relações sociais, pessoas com suas próprias visões do mundo, mundo material e discurso. Então, o discurso é definido como sendo o momento integrante e irreduzível de práxis sociais que envolve a linguagem em articulação com os demais momentos das práticas: fenómeno mental, relações sociais e mundo material (Ramalho e Resende, 2011, p. 17).

## 2. Experiência feminina e motivação discursiva

Achamos pertinente, antes de adentrarmos ao que nos propusemos discutir, trazer o relato de uma mulher para demonstrarmos os vários condicionalismos grotescos praticados na altura. Sobre a coabitação com o sistema colonial português, Melo (1978) recolhe diversas narrativas em que relata alguns momentos da brutalidade comportamental do sistema colonial.

Eis o testemunho de uma rapariga angolana: Em Luanda, a nossa vida privada e pública tinha-se tornado cada vez mais intolerável. Éramos vigiadas na igreja, estávamos em perigo em nossa casa e éramos ridicularizadas na escola: em toda a parte, a nossa sobrevivência dependia da vontade dos portugueses. Abusos contra os indígenas indefesos eram «o pão nosso de cada dia» ... mulheres indígenas eram assaltadas nas ruas pelos brancos. Cada vez que os indígenas eram maltratados encontravam sempre uma decidida mulher negra que desafiava o seu carrasco. Uma tal coragem das minhas irmãs analfabetas não somente me dava força, mas também me fazia corar de vergonha pelo meu silêncio e inércia diante de tantas crueldades e injustiças (Melo, 1978, p. 109).

A transportação das vivências nos poemas decorrentes de um espaço geográfico cujo regime político submete a população nativa à condição de inapto a viver, prescreve o que foi o sistema colonial português implementado em Angola. O colonialismo português constituiu um sistema mórbido que afectou, fundamentalmente, o tecido sociocultural de todo o espaço geográfico. Para agravar a situação, as mais severas das sevícias impostas pelo regime colonial à população nativa eram legitimada a partir de leis ou decretos.

Segundo o Estatuto do Indigenato (1926 -1961), um conjunto de leis portuguesas criadas para vigiar e punir nas suas colónias, o trabalho forçado era estipulado para todos os africanos do sexo masculino, desde que estes não apresentassem condicionalismos ligadas a mobilidade física e que trabalhassem empregando seus serviços a outros. Assim como eles não tinham como pagar os impostos com produtos próprios, as autoridades administrativas legalmente os recrutavam para trabalhos obrigatórios.

Por sistema colonial, Miguel (2022, p. 31) afirma que sua finalidade é a destruição comportando, necessariamente, a violência generalizada de todos os campos da sociedade em que se instala. Ferreira (1989, p. 29) assegura que o colonialismo é a negação da personalidade do outro, nega ou reprime a cultura autóctone e obriga à cultura metropolitana.

Portanto, é neste contexto de extração e anulação do outro, no contexto de ocupação colonial, como afirma Mbembe (2018, p. 38), onde a opressão, a demarcação e a afirmação do controlo físico e geográfico impõem sobre o terreno um novo conjunto de

relações sociais e espaciais em que a mulher se encontra onde pretendemos identificar como o seu discurso se fez ecoar através da linguagem artística.

### **3. Mulher e contexto colonial**

Fica expresso que o trabalho forçado era convencionado a todos os africanos do sexo masculino. Entretanto, o papel da mulher na altura, apesar de romantizada, não passa despercebido. A condição de contratado/colonizado a que o homem, legalmente, fora relegado, agravou a multiplicidade de funções da mulher na sociedade, para além de proteger, prover alimentação e liderar, não podia deixar de parte os tradicionalmente impostos papéis de educar e gerar harmonia no seio familiar.

Não obstante a literatura registe de forma tímida a legalização do trabalho forçado por parte de mulheres, na prática a mulher foi, igualmente, conduzida ao trabalho obrigatório quer no cultivo de produtos agrícolas – fazendas de algodão, café e milho – mediante práticas coloniais de coerção, quer em ocupações domésticas nos centros urbanos – empregada doméstica, vendedeiras, etc. – circunscrita a posição de pobreza extrema a que as populações estavam expostas.

O reconhecimento da condição de vítima de escravização permitiu a mulher na época colonial assumir uma postura mediante os problemas sociais que a envolviam. Logo, esta tomada de consciência permitiu esta mesma mulher construir um lugar de fala, a partir do qual o seu discurso se incorporou nos textos poéticos da altura.

### **4. Arte poética no contexto de insurgência ao sistema colonial português**

O enquadramento do texto, enquanto urdidura artística, para o caso particular da poesia de insurreição contra o sistema colonial em Angola, deve ser pensado a partir do prisma temporal se atendermos a nossa pretensão de tomarmos a análise do discurso como estratégia para analisar a linguagem textual sem deixarmos de parte as circunstâncias sociais que envolveram a concepção do objeto que se pretende estudar – poemas de insurgência ao sistema colonial português. Sobre a forma de expressão das artes, particularmente, em África, Balogun afirma que

A arte é um veículo de comunicação numa dada sociedade, no sentido que seu papel consiste em difundir influências civilizadoras. Por consequência, o empreendimento artístico não se situa apenas ao nível das atividades humanas ligadas aos valores espirituais, pois constitui também um factor activo de organização social e, portanto, um dos que permitem que o homem possa agir sobre o seu próprio meio. Não há dúvidas de que a

arte, tal como se manifesta no seio de um dado grupo social a partir das suas mais diversas exteriorizações, permite definir a sua cultura e contribui, ao mesmo tempo, para lhe dar o sentimento da sua identidade e da sua capacidade de agir enquanto grupo. (Balogun, 1977, p. 39).

Depreende-se de Balogun (1977) que a composição poética, para o caso indicado, é o empreendimento artístico que se situa nos diferentes níveis e que se manifesta quer como veículo de comunicação, quer como fator de organização social, assim como de expressão cultural e instrumento de identidade do grupo. O poema cuja inspiração é o contexto de insurreição ao sistema colonial português do século XX resulta da construção discursiva não necessariamente do autor, porém de uma dada representação social, ou seja, do sujeito lírico – o eu que expande e confia os seus afetos, suas comoções e reflexões íntimas.

Para Votre (2019, p. 33), “representações sociais constituem as crenças, as percepções e os valores produzidos e consolidados na interação quotidiana, como tópicos relevantes para a vida dos diferentes atores nos grupos sociais”. No entanto, se o poema de insurgência ao sistema colonial abarca as inspirações e as aspirações do que Votre denomina de representações sociais logo, há premência da composição dos atores sociais detentores de tais representações, no caso, o colonizado. Sobre a cultura nacional e lutas de liberdade em espaços coloniais, Fanon considera que

A dominação colonial, por ser total e simplificadora, logo deslocou, de modo notável, a existência cultural do povo subjugado. A negação da realidade nacional, as relações jurídicas novas introduzidas pela potência ocupante, o afastamento para a periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a expropriação, a sujeição sistematizada dos homens e mulheres tornaram possível essa obliteração cultural (Fanon, 2002, p. 208).

Destarte, atribuir o discurso do poema de insurgência ao sistema colonial português do século XX ao colonizado torna-se, enfim, o caminho único e sem volta. Contudo, trata-se de um sujeito relegado a condição de objeto. Mbembe (2018) afirma que

A ocupação colonial era uma inscrição de novas relações espaciais – territorialização – e que terá sido equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de reservas de imaginários culturais. Estes imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço, em resumo o exercício da soberania. O espaço era a matéria-prima da soberania e da violência que

ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e de objecto (Mbembe, 2018, p. 38-39).

O sujeito de enunciação discursiva do poema de insurgência ao colonialismo português encontra-se na condição de precariedade. De acordo com Butler (2015, p. 14), “a condição de precariedade da vida impõe-nos uma obrigação. Questionar em que condições se torna possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas, como precária, e em que condições isso se torna menos possível ou menos impossível”. A condição de precariedade induzida potencializa a violência, incita o desejo de destruir o outro como mecanismo de auto afirmação e de reconhecimento da parte de quem o induz à precariedade. Para Fanon (2020, p. 227), “o homem só é homem na medida em que busca se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido por ele, enquanto não for reconhecido é este outro que permanece o tema de sua acção”. Se pensarmos nas representações sociais urge questionar que crenças, que percepções e que valores devem ser produzidos e consolidados na condição de colonizados, que tópicos relevantes da vida dos diferentes atores colonizados devem ser abordados.

## **5. Identidades em discussão**

As relações entre pessoas de diferentes localidades intensificam-se cada vez mais, a evolução tecnológica estreita cada vez mais as relações, talvez possamos hoje, no século XXI falar do contexto da hipermodernidade. A inteligência artificial pensada no século XX é hoje uma realidade concreta, títulos de filmes como Metrópolis, Blade Runner, Space 1999, Cyborg, Exterminator, Matrix, saltaram do mundo ficcional à realidade.

Levantamos neste instante dois questionamentos: quem somos do ponto de vista identitário? O que é a identidade? Hall (2014) começa por apresentar três concepções de identidade, do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. O mesmo autor distingue as três concepções da seguinte forma:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana, dotado de capacidades de razão, de consciência e de acção cujo centro consistia num núcleo interior. O centro essencial do eu era a identidade. A noção do sujeito sociológico reflectia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que esse núcleo interior não era autónomo nem autossuficiente, mas era formado na relação com os outros. A identidade na concepção sociológica preenche o espaço entre o interior e o exterior – entre o mundo pessoal e o mundo público. A identidade costura o sujeito a estrutura, estabiliza tanto os

sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam. Entretanto, estes elementos estão em constantes alterações. O próprio processo de identificação, através do qual nos projectamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno (Hall, 2014, p. 11).

Achamos interessante a colocação de Hall ao distinguir as concepções de identidade. Portanto, parte da obra indicada dedica-se fundamentalmente em desdobrar os processos que estarão na causa das alterações dos sujeitos identitários. Conquanto, para o contexto da colonização portuguesa em Angola, cremos estar em polos diferentes, não podemos simplesmente nos desfazer da história e pensarmos universal.

Os sujeitos colonizados têm suas próprias historiografias podendo não haver enquadramento nas concepções indicadas por Stuart Hall. A condição de sujeito colonizado, negro e africano acarreta consigo um quadro traumático performativo de expurgação cultural, de expropriação espacial e de execração do sujeito por outro sujeito que possivelmente terá na sua concepção historiográfica os três estágios de sujeito identitário indicado por Hall. Concordamos com a ideia de Roger Scruton (1986, p. 156) citado por Hall sobre espaço identitário quando afirma que

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autónomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (Hall, 2014, p.29).

A problemática da colonização portuguesa em Angola do século XX tem que ver, fundamentalmente, com experiências agónicas como a expropriação espacial, a depreciação do sujeito a objeto e a extração cultural. Portanto, o conceito de identidade quer cultural, quer espacial, no contexto da colonização portuguesa em Angola do século XX serviu de âncora para as representações sociais dos colonizados, isto é, para a construção dos seus discursos e, conseqüentemente, veio a servir de pilar para discutir o conceito de identidade nacional.

## **6.Género e identidade na poesia angolana do século XX**

O género constitui um contraponto, ou seja, uma expressão que harmoniza duas realidades – homem e mulher. Trazer o conceito de género para analisar quer a identidade poética quer o discurso na poesia angolana do contexto colonial é também uma oportunidade de nos permitir clarificar que o conceito de género implica homens e



mulheres como resultados de operações que se dão numa realidade social concreta. Portanto, buscamos neste artigo discutir o discurso da mulher contido em poemas de insurgência ao sistema colonial português do século XX.

Para tal, elegemos O Boletim Cultura, órgão oficial da então Instituição Sociedade Cultural de Angola que constitui um património mnemónico da historiografia da imprensa angolana entre os anos de 1942 e 1947 e mais tarde entre 1957 e 1960 tendo sido publicados 12 números, até altura em que foi proibido e encerrado pela então Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Do Boletim Cultura selecionamos o poema “Canção para Luanda” de José da Graça, por apresentar de forma mais explícita, opinião nossa, os mecanismos discursivos desencadeados pela mulher vivenciando as peripécias do contexto colonial português do século XX em Angola.

### **7. Discurso da mulher em “Canção para Luanda”**

O poema “Canção para Luanda” de José da Graça foi publicado no boletim Cultura no ano de 1957. O texto é construído a partir de uma linguagem subtil, porém sem-par. Centrado em preocupações relevantes do quotidiano da urbe, o poeta focaliza o espaço Luanda como cena de enunciação discursiva, seus transeuntes – mulheres anónimas – constroem o fluxo discursivo textual, ou seja, o sentido do texto. A partir de uma estratégia dialogante, o poema faz sobressair múltiplos sujeitos uns assujeitados pelo clima ideológico e pela história outros dotados de intencionalidade e capacidade reflexiva e igualmente outros aprisionados pelas pressões sociais e ideológicas.

Esta multiplicidade de sujeitos concentrados e concertados no poema emitem pareceres, pontos de vista, envolvem-se e são envolvidos nos traumas sociais, constroem a partir de suas experiências socioculturais, crenças e percepções, ou seja, as representações sociais do grupo. A subtileza de “Canção para Luanda” é transversal a ela mesma, um poema dissimulador que se apega numa questão que não encontra ressonância dos actores coloniais:

A pergunta no ar  
No mar  
Na boca de todos nós:  
    – Luanda onde está?  
Silêncio nas ruas  
Silêncio nas bocas  
Silêncio nos olhos

É pela perspicácia e, concomitantemente, pela astúcia de seu primeiro sujeito de enunciação que se busca direcionar a pergunta a uma categoria de sujeitos, igualmente de enunciação, que, na realidade, dão vida a urbe, pois estes sujeitos percorrem-na, pisam-na e marcam-na. Silva (2001, p.16) afirma que dominar o território é assumi-lo numa dimensão linguística e imaginária; ao passo que o percorrer, pisando-o e marcando-o de uma forma ou de outra é dar-lhe entidade física.

– Xé  
mana Rosa peixeira  
responde?  
– Mano  
Não pode responder tem de vender  
Correr a cidade  
Se quer comer!

«Ola almoço, ola almoçoéé  
matona calapau  
ji ferrera ji ferrereéééééé»

O sujeito poético envolve-se conscientemente de sua disposição no espaço. Portanto, a sua resposta está longe de quaisquer despropósitos, o sujeito legitima o conceito de situação de enunciação. Ademais, o seu discurso está ancorado ao contexto. Luanda é o maior mercado, garante de seu sustento, porém não só, é o espaço decretório das práticas da colonização portuguesa – o lugar do colono. Logo, o discurso do sujeito “mana Rosa peixeira” reflecte as crenças, os valores, as ideologias, as representações sociais, as relações sociais e, conseqüentemente, a relações institucionais decorrentes do contexto de Luanda da época colonial. Enfim, o discurso de Rosa peixeira constitui uma prática discursiva.

A escolha dos sujeitos para a construção do diálogo que transpõe o poema constitui uma antítese contextual. O projecto do suicídio cultural angolano – *culturossídio* – imposto pelo sistema colonialista português, equivocadamente, reconhecido como projecto civilizacional impunha duas categorias de pessoas negras: assimilados e não assimilados ou seja indígenas. Sendo este último relegado a condição de objecto do contexto colonial. Esse projecto colonial tinha como objectivo a virginização da cultura de forma a erradicar as marcas identitárias dos nativos de Angola e, conseqüentemente, dos lugares identitários.

A indagação sobre o paradeiro de Luanda permite dar voz aos sujeitos não assimilados que ao se tornarem sujeitos enunciadores imitem através de suas práticas discursivas as experiências vivenciadas socialmente, porém compreendem que suas

experiências não constituem uma singularidade e que, na verdade, os seus discursos se identificam com outros discursos de uma comunidade maior.

– E você  
mana Maria quitandeira  
vendendo maboque  
os seios maboque  
gritando  
saltando  
os pés percorrendo  
caminhos vermelhos  
de todos os dias?  
«maboque m´boquinha boa  
doce dócinha»  
– Mano  
não pode responder  
tempo é pequeno para vender!

A pergunta pulveriza-se pelo texto, na verdade, funciona como a força nefrálgica que desencadeia respostas de acordo com as experiências dos sujeitos de enunciação. Há por parte da questão levantada – Luanda onde está? – a noção de descaracterização territorial, trazendo a ideia de território usurpado. Sobre o território, Henriques assegura que

O território é o espaço necessário à instalação das estruturas e das colectividades inventadas pelos homens, sendo indispensável à criação, a manutenção e o reforço da identidade. O território fornece a garantia da autonomia colectiva. O território é sempre simultaneamente o revestimento e o suporte físico, espiritual e identitário das sociedades e das suas relações com a natureza e com os outros (Henriques 2004, p. 20).

Num contexto de usurpação territorial como decerto fora o contexto colonial angolano, a territorialização – acção de conceber num espaço o território – constituída por um conjunto de práticas ocidentalizantes com finalidade de criar o território foi essencial. Henriques (2004, p. 33-35) aponta três operações do território colonial angolano desencadeado pelos portugueses:

1. dessacralizar, ou seja, assegurar a transferência da terra africana do espaço sagrado africano para um espaço laico que podem controlar. Por conseguinte, esta laicização da terra recorre obrigatoriamente à técnica e à ciência europeia.
2. integração da terra nas regras de representação simbólico-científica, ou seja, na cartografia.
3. procedimento de destruição da ordem territorial africana para assegurar a metamorfose do território, ações decorrentes do terreno mas respeitando o mapa.

A resposta à pergunta – Luanda onde está? – compreende toda a atmosfera contextual que determina a visão do mundo do colonizado na relação com o contexto colonial. Portanto, é a partir da tomada de consciência que os sujeitos poéticos inscrevem os seus discursos elencados de uma linguagem simplificada, porém repleta de valor e caracterizadora da memória discursiva.

A pergunta – Luanda onde está? – a ser dirigida a camada de sujeitos subalternizados pelo sistema colonial português do século XX perpetua a ideia de que os diferentes sujeitos intervenientes do poema detêm a noção de que suas práticas discursivas são condicionadas pelas conjunturas sociais, económicas entre outras do contexto colonial português.

– Luanda onde está?  
Mas Zefa mulata  
o corpo-cubata  
os brincos de lata  
vai se deitar  
com quem lhe pagar  
– precisa comer

A condição social das camadas subalternizadas, ou seja, das populações não assimiladas ou ainda indígenas foi relegada à miséria. De acordo com Fanon (2002, p. 58), o colonizado afirma que o colono declara indígena impermeável à ética, ou seja, declara o não assimilado como sendo um sujeito ausente de valores. A sobrevivência passou a constituir um requisito de resistência ao sistema imposto pela colonização. As ocupações de peixeira, quitandeira, ardina, prostituta e similares recaem aos não assimilados já que apartados do processo civilizacional português são excluídas.

– Manas  
Rosa peixeira  
quitandeira Maria  
você também  
Zefe mulata  
dos brincos de lata  
– Luanda onde está?

Sorrindo  
as quindas no chão  
laranjas e peixes  
maboque docinho  
a esperança nos olhos  
a certeza nas mãos

mana Rosa peixeira  
quitandeira Maria  
Zefa mulata  
– os panos pintados  
garridos  
caídos mostraram o coração :  
– Luanda está aqui!

A última parte do poema constitui uma invocação à homogeneidade da classe indígena ou a do não assimilado num contexto histórico e social de Angola. Todavia, uma classe de voz feminina. A pergunta – Luanda onde está? – tem uma merecida e unívoca resposta. A demonstração de que o poema usufrui de discursos sobre a reivindicação da identidade espacial de Luanda a partir das não assimiladas no contexto colonial é exteriorizada a partir de um ritual.

Como que reunidas, Rosa peixeira, quitandeira Maria e também Zefa mulata – mulheres mortificadas pelo sistema colonial português – seus instrumentos de sobrevivência, quindas no chão, laranjas e peixe, maboque docinho, panos pintados garridos e caídos, compõem igualmente suas contestações contra o regime colonial.

As suas formas de luta ao invadir a urbe, no entoar dos pregões, peixe, laranjas, maboque, irrompendo os silêncios da cidade, o corpo vendido para sustentar a fome, constituem demonstrações do papel resiliente da mulher na construção da identidade pois o sorriso, a esperança nos olhos e a certeza nas mãos respondendo – Luanda onde está? – mostrando o coração respondem: Luanda está aqui no coração!

### **Considerações finais**

A temática da mulher no contexto colonial em Angola tem sido um tópico abordado, fundamentalmente, a partir de prismas político-ideológicos. Nossa preocupação foi, acima de tudo, visitar a poesia dos anos 1940 e 1950 para compreendermos o discurso da mulher no contexto colonial.

Concomitante, o poema “Canção para Luanda” de José Graça despontou de uma escolha entre vários e bons poemas, a sua particularidade cinge-se na multiplicidade de sujeitos líricos que constituindo um imaginário social convergente, deliberadamente, expõem as suas preocupações, as suas necessidades e, finalmente, as suas expectativas e as suas convicções em relação aos problemas políticos e sociais a que se viam envolvidas no contexto colonial.

Assim, a partir da análise do discurso – estratégia metodológica de que nos apegamos para discutir o poema –, o artigo demonstra que os enunciados dos sujeitos poéticos constituem discursos de representações sociais já que os seus enunciados representam crenças, percepções e valores tendo em consideração suas experiências de vida enquanto parte subalterna de um território tomado pelo regime colonial português. Com efeito, os discursos dos sujeitos demonstram que, apesar das suas condições de não assimiladas, mulheres com ocupações sociais consideradas pouco válidas no contexto colonial concorreram de forma subtil para a construção da identidade do espaço Luanda.

### Referências

- BUTLER, J. *Quadro de guerra: quando a vida é passível de luto?* RJ: Civilização Brasileira, 2015.
- FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJG, 2002.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FERREIRA, M. *O discurso no percurso africano I: contribuição para uma estética africana*. Lisboa: Platano Editora, 1989.
- HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2014.
- HENRIQUES, I. C. *Território e Identidade. A construção da Angola colonial (1872 -1926)*. Lisboa: Centro Histórico da Universidade de Lisboa, 2004.
- MARQUES, I. G. Ferreira, C. *Boletim cultural e a sociedade cultural de Angola*: Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2013.
- MELO, A. Capela, J. Moita, L. Pereira, N. T. *Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial*. Reedição clandestina polocopiado, 1978.
- MIGUEL, B. *Lugares em Neto*. Luanda: Mayamba Editora, 2022.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado e exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PAZ, O. Moniz, A. *Dicionário breve de termos literários*. Barcarena: Editorial Presença, 1997.
- RAMALHO, V.; Resende V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Editora Pontes: São Paulo, 2011.
- SILVA, A. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001

SOW, A. Balogun, O. Aguessy H. Diagne, P. *Introdução à cultura Africana*. INALDE: Luanda, 1977.

VOTRE, S. J. *Análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

Recebido em: 24/05/2024

Aceito em: 15/07/2024

**Para citar este texto (ABNT):** FRANCISCO, Bernardo Miguel. Género e identidade na poesia angolana do século XX. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº2, p.315-329, 2024.

**Para citar este texto (APA):** Francisco, Bernardo Miguel (ago.2024). Género e identidade na poesia angolana do século XX. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (2): 315-329.